

1 INTRODUÇÃO

O processo de precarização e objetificação da classe trabalhadora em curso na era pós-digital, diante de um cenário globalizado e financeirizado, veio a desencadear o surgimento do precariado global. As provocações sofridas por essa nova classe retratam uma realidade de desregulamentação, informalidades e flexibilidades que ensandeceu a marcha da alienação, do desemprego precário, dos adoecimentos e da corrida por novas habilidades e mais produtividade.

Foi-se o tempo em que para definir uma classe social bastava identificar um determinado grupo como constituído por pessoas com um mesmo padrão cultural, político e econômico. Nesses tempos remotos, era suficiente extrair de pessoas informações sobre a sua renda, trabalho e posicionamentos. Auferir sua condição social e econômica bastava. A característica financeira era, sem dúvidas, um dos fatores mais relevantes na definição de uma classe social.

Os tempos são outros. Se ainda podemos contar com a macro divisão das classes sociais entre “classe dominante” e “classe trabalhadora”, não podemos mais mensurar a quantidade de camadas que cada um desses grandes grupos suporta. Sendo assim, é difícil identificar onde encaixar as estratificações sociais das antigas classes. Quem é a burguesia hoje? Quem será o proletariado amanhã?

A classe média, como exemplo mais emblemático, é subdividida em tantas fatias que poderia ser facilmente comparada a um bolo de noiva com cinco andares. A alta classe média está tão próxima da classe dominante quanto a baixa classe média daquela mais desfavorecida economicamente. O que não seria um problema, não fosse pela imensa distância entre os polos. Como é possível calcular as medidas de um descampado tão vasto? Como é possível classificar uma classe que, em si, possui tantas classificações?

Por questões como essas, como consequência direta do processo globalizatório e expropriador conduzido pelo sistema capitalista neoliberal, é que novos agrupamentos estranhos e heterogêneos foram surgindo. O precariado global, como classe social independente e distinta ou como parcela do proletariado nascido na era industrial, é de fato a mais perfeita materialização da heterogeneidade possível atualmente. Uma entidade – se é que assim podemos identifica-lo – que comporta empregados e desempregados, jovens e idosos, homens e mulheres, brancos e negros, migrantes e nacionais, formados e analfabetos não cabe mais no nosso antigo conceito de classe social, pois o padrão está enterrado.

O que faz, portanto, a ciência social enquadrar todas essas pessoas em uma única redoma é, certamente, a semelhança do seu sofrimento real e a sua comum falta de expectativas no dia de amanhã, que dirá nos próximos anos ou décadas ou gerações. Enquanto isso trabalhadores são precarizados e objetificados, em maior ou menor medida, por um aplicativo de intermediação ou pelo empregador formal, por si mesmos enquanto autônomos ou pelos próprios clientes, por serem velhos e improdutivos demais ou jovens e inexperientes demais, e assim seguimos, entre contradições, na construção de um conceito que abrace de maneira mais gentil esses atores sociais sem afetar, ainda mais, as suas individualidades, tão frágeis e danificadas.

Desta feita, o objetivo do presente artigo é analisar o futuro do trabalho na era pós-digital, demonstrando que o trabalho humano continua a ser explorado e expropriado, mas agora de uma maneira muito mais desregulada e informal, através da a construção do precariado enquanto classe flexível que é (ou precisa ser). Pretende-se alcançar o objetivo central por meio da avaliação dos desafios que o precariado enfrenta em pleno século XXI – a alienação, o desemprego precário, os adoecimentos e a corrida por novas habilidades.

O entendimento desta construção é de fundamental importância não apenas para a compreensão daquilo que devemos resgatar acerca do valor do trabalho apesar de vivermos em um mundo pós-digital, mas, sobretudo, para a construção de uma corrente revolucionária menos fragmentada que proporcione vez e voz à classe trabalhadora precarizada, seja ela classe alta, média ou baixa.

2 A ESPECULAÇÃO SOBRE O FIM DOS EMPREGOS E O “INFOPROLETARIADO” NA ERA PÓS-DIGITAL

Para entender a história dos direitos sociais é preciso, inicialmente, percorrer a trajetória do conceito do próprio trabalho. O exercício que servia apenas para a manutenção das necessidades materiais de um povo ou família se desdobrou na figura do corpo de trabalhadores e adquiriu, finalmente, o seu viés político ao unir esses dois conceitos. Então o elemento que, diante de uma visão macro, era tido como simples fator integrante do modelo de vida, ao usar de uma visão mais direcionada e específica, tornou-se a principal fonte de riqueza para a sociedade.

O emprego dela [da palavra trabalho] no idioma inglês é notável, pois traz à tona a estreita conexão – na verdade, a convergência e uma identidade de destino – entre o significado atribuído ao trabalho (aquela “labuta material e mental”), a autoconstituição daqueles que trabalham em uma classe e as políticas baseadas naquela autoconstituição. Em outras palavras, o vínculo entre conferir à labuta física o papel de principal fonte de riqueza e bem-estar da sociedade e da auto-afirmação do movimento trabalhista. Juntos eles se ergueram, juntos eles caíram. (BAUMAN, 2008, p. 27)

Apenas a partir desse ponto a ordem industrial pôde se insurgir e efetuar suas profundas transformações nas estruturas já levantadas. Ao separar os trabalhadores do seu próprio sustento (no sentido real: sobrevive quem tem o que comer) e retirar o trabalho dessa lista genérica de elementos básicos, a ordem conseguiu empacotar o trabalho de uma outra forma. O trabalho havia se tornado mercadoria e o dinheiro sua moeda de troca.

A ruptura do tradicional elo entre os elementos do antigo modo de vida foi o fator permissivo para a criação de um ciclo de transformação, este criado pela própria ordem. Se a terra não era mais condição *sine qua non* de geração de riqueza por meio do trabalho físico humano, então aquele que insistisse em permanecer trabalhando nela tornar-se-ia obsoleto. Esse trabalhador inútil é classificado como força de trabalho disponível e, portanto, visto como uma fonte de riqueza potencial. Qualquer semelhança com o século XXI não é mera coincidência.

Como não se sentir empoderado e livre sabendo que o seu trabalho, que antes servia apenas para o sustento do seu pequeno grupo ou comunidade, agora pode gerar riqueza e emancipação? Quem não tinha nada além de um pedaço de terra, umas mudas de grãos e algumas poucas vaquinhas tornou-se proprietário de uma mercadoria valiosa: o seu próprio trabalho. Pode parecer ironia, mas não é.

Essa ordem construída com o intuito de alienar trabalhadores acerca de um ideal de liberdade e autonomia queria, na verdade, explorar *per si* essa fonte de riqueza. Afinal, quem dava o preço, o prazo e a praça eram eles. Enquanto isso, o trabalhador “emancipado” recebia seu salário que servia de moeda de troca para adquirir os grãos e a carne da vaca que antes ele mesmo produzia. Sem que percebessem, a ordem industrial desestruturou, propositalmente, todas as estruturas pré-concebidas em seu fluxo natural de desenvolvimento, para então criar a necessidade de reestruturá-las a seu próprio modo – mais “seguro” e mais “sólido”.

A desestruturação teria que vir, por óbvio, acompanhada de um discurso ideológico forte. Sem uma boa história de pano de fundo, nenhuma transformação acontece. A ideia de revolução, quebra de antigos paradigmas e luta pela independência

foi o que sustentou o discurso da nova ordem industrial. O “delírio embriagante do novo começo” (BAUMAN, 2008) levou a classe trabalhadora à construção de uma crença suficientemente firme nas verdades industriais, que eles acreditavam ter, naquele momento, todo o poder nas mãos ou, pelo menos, estar colocando nas mãos corretas. Todos os esforços foram empenhados na construção desse novo momento histórico, a partir do qual a força de trabalho humano nos levaria para onde nós quiséssemos. O problema estava exatamente aí: não sabíamos exatamente o que queríamos, muito menos tomávamos decisões.

Esse fundo ideológico atrelado à empolgação trazida pelo novo e somado a um modelo fordista de exploração do trabalho humano, levou a classe trabalhadora a uma união tão firme com o capital, baseada em uma relação de profunda dependência, que beirava o relacionamento abusivo como conhecemos hoje. Para Bauman (2008), “o ideal era ligar o capital e o trabalho em uma união que, como aquele casamento feito no céu, nenhum poder humano poderia desfazer”.

Assim, enquanto trabalhadores dependiam do capital para financiar sua sobrevivência e o capital precisava dos trabalhadores para a sua manutenção e crescimento, tudo era mercadoria. Essa posição de quase igualdade era o que sustentava a ordem industrial primária e assim esse casamento perdurou por muitos anos, em “paz”. A existência de um exército de reserva de trabalhadores à espera de um lugar para chamar de seu dentro da ordem não danificava o relacionamento entre capital e trabalho de uma maneira significativa, porque a grande maioria das pessoas estava executando suas funções e alimentando a mútua dependência entre as duas principais mercadorias daquele tempo, focadas no longo prazo.

Então a luta genuína por emprego e melhores condições de trabalho não anulava a solidez da ordem, porque a corrida pela boa convivência entre capital e trabalho e manutenção do *status quo* era ferrenha. O novo acabara de ser inventado, ainda não era hora de reconstruí-lo, e voltar ao passado não era mais uma questão, afinal, assumir uma postura retroativa e abrir mão das supostas emancipação, autonomia e liberdade seria a mais clara representação do “reclamar de barriga cheia”.

Acontece que o jogo virou. A humanidade testemunhou a “modernidade pesada” e fundada no longo-prazismo sendo derretida e se transformando em “modernidade liquefeita”. Os prazos nunca estiveram tão curtos. Todos os casamentos, em alguma

medida, sofreram a quebra de paradigma, inclusive e principalmente o relacionamento entre capital e trabalho.

A versão atual da modernidade, “liquefeita”, fluente, dispersa, espalhada e desregulada não pressagia o divórcio ou uma quebra final na comunicação, mas vaticina um rompimento entre capital e trabalho. Podemos dizer que tal separação replica a passagem do matrimônio para o “viver juntos”, com todos os seus corolários, entre os quais a suposição da transitoriedade e o direito de quebrar a associação quando a necessidade ou o desejo se esvaem aparecem mais do que os outros. Se encontrar-se e ficar juntos era uma matéria de dependência recíproca, o rompimento foi unilateral: um lado da configuração adquiriu uma autonomia que nunca tinha vislumbrado. Em uma extensão nunca alcançada pelos “senhorios ausentes” de outrora, o capital cortou sua dependência do trabalho por meio de uma nova liberdade de movimentos jamais sonhada. Sua reprodução e seu crescimento se tornaram, de modo geral, independentes da duração de qualquer união local particular com o trabalho. (BAUMAN, 2008, p. 37 e 38)

Em meados dos anos 1970, os neoliberais – que quando começaram a ser ouvidos já tinham uma perspectiva de mundo mais fluida, na qual não só a renda e os investimentos, mas também os empregos fluiriam para onde as condições fossem mais favoráveis – usaram dessa ruptura em prol dos seus ideais. Por isso, o seu principal argumento era no sentido de que quão mais demorado fosse o processo de flexibilização, desregulamentação e desmonte dos sindicatos, mais intenso seria o ritmo da desindustrialização e do crescimento do desemprego. Logo, o crescimento econômico estagnaria, o investimento escoaria e a pobreza se alastraria.

A consequência irremediável e óbvia foi a imposição das flexibilidades como condição para a resolução de cada um dos problemas econômicos, indispensável para a “reforma estrutural” dos mercados de trabalho. É o que diz Standing, e segue:

A flexibilidade tinha muitas dimensões: flexibilidade salarial significava acelerar ajustes e mudanças na demanda, especialmente pra baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente pra baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar estruturas de trabalho com oposição ou custo mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores. (STANDING, 2019, p. 22)

Atrelada a essa ideia neoliberal de fluidez relacionada aos empregos, a partir do avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), surgiu, por algum motivo e em algum lugar, a fantasia de que tinha início o tempo da bonança para os trabalhadores.

Pregava-se que com o surgimento dos trabalhos on-line/digitais nós teríamos acesso a um estágio dos mercados de trabalho nunca antes vivido. O que previamente era trabalho alienado por meio do estranhamento viria a se tornar um labor leve e mais aproximado do conceito marxista de trabalho concreto. Pena que esse era apenas mais um dos “mitos da sociedade do tempo livre no capitalismo atual” (ANTUNES, 2018).

Aquilo que foi previsto como “fim dos empregos” e que incentivou as empresas a reduzirem seus números de empregados numa busca incessante por mais produtividade somando *trabalho vivo* e *trabalho morto*, na verdade, era apenas a máscara que disfarçava a terceirização. As atuais grandes empresas não têm um time pequeno somado à tecnologia avançada, mas um alto índice de trabalhadores terceirizados. É fácil manter o status de “empresa enxuta” quando se tem milhares de terceirizados lhe servindo.

Em um universo a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a “flexibilização” crescente dos contratos de trabalho. Nesse contexto, a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relação interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo, etc. (ANTUNES, 2018, p. 32)

Essa construção nos leva a pensar quais as possíveis ligações dos numerosos discursos fantasiosos do neoliberalismo com a transformação do sonho do trabalho “*smart*”¹ em precarização tripartite: terceirização, flexibilização e desregulamentação. É preciso questionar o porquê da condução do universo do trabalho ao abismo da precarização desumana e dos trabalhadores ao papel de sujeição e de sofrimento num tempo planejado para ser o oásis digital do labor.

É nesse emaranhado de incertezas que nasce o que Guy Standing nomeia “precarizado”, um exército de desempregados ou subempregados carentes de qualquer tipo de estabilidade, vivendo – em sua maioria – situações de informalidade e deixados a cargo do mercado por um Estado despreocupado.

¹ “*Smart*”, em sua tradução literal do inglês para o português, que dizer “inteligente”. É comum, neste tempo, que se utilize da palavra para otimizar conceitos antigos. Trabalho *smart*, portanto, significaria uma modalidade de trabalho mais produtiva, ágil e sem fricção.

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global de que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI. (ANTUNES, 2018, p. 30)

Standing (2019) sugere que enquanto ainda contarmos com as classes antigas em diversas partes do mundo, apesar do precariado, o universo do trabalho se dividirá em cinco grandes grupos. Mais ou menos na mesma linha de raciocínio, porém duas décadas antes, Robert Reich (1991) divide esse mesmo universo em quatro grandes categorias.

A começar pela “elite” de Standing, que obviamente permanece no topo e é composta por uma quantidade minúscula porém extremamente significativa de cidadãos globais absurdamente ricos. Essa parcela é a que governa todas as demais, assim como o universo. Para ele, logo depois estão os “assalariados”, aqueles que ainda ocupam empregos estáveis e poderiam até atingir a elite algum dia, mas seguem acomodados com suas confortáveis remunerações e estilos de vida.

Um pouco mais adiante, posicionados bem ao lado dos assalariados, se encontram os “*proficians*”, aqueles trabalhadores que possuem um nível de especialização elevado, o que os confere habilidades múltiplas e diferenciadas que geram uma renda dentro dos altos padrões, porém sem contar com a rigidez dos empregos formais. Logo abaixo desses dois grupos, está a parcela de trabalhadores manuais que ainda sobrevivem e nutrem seus trabalhos escassos, mesmo em tempos de intensa informatização dos processos empresariais e mercadológicos.

Já para Reich, o primeiro dos grupos seria o de “manipuladores de símbolos”. Inovadores e visionários, esses trabalhadores fomentam ideias e organizam formas de pô-las em prática a partir do uso da mão de obra de uma classe inferior: os reprodutores. A segunda categoria é composta pelas pessoas que executam as ideias dos inventores da primeira. Na terceira leva estão contidos os trabalhadores que empreendem “serviços pessoais” e, portanto, lidam pessoalmente com clientes.

Abaixo e submisso a todas as categorias e grupos retromencionados está o precariado – para Standing – ou os “trabalhadores de rotina” – para Reich, ou ainda, “a-classe-que-vive-do-trabalho” – para Ricardo Antunes. Em constante crescimento, esse

substrato da sociedade se desenvolve como um gigante *Frankstein* formado por empregados e desempregados, jovens e idosos, homens e mulheres, brancos e negros, migrantes e nacionais, formados e analfabetos. Certamente nunca se viu um agrupamento de pessoas tão heterogêneo e, ao mesmo tempo, eivado de tantas semelhanças, seja no comportamento, nas condições econômicas, na ausência de saúde mental ou no simples esquecimento.

É preciso tomar consciência que essa anomalia social lida com problemas tão diversos, que vão desde as rotinas de trabalho exaustivas e desumanas, passando pela necessidade contínua de adaptação e aprendizado, até a volatilidade trazida pelas novas tecnologias. A exploração segue sendo um problema, mas agora eles também precisam lidar com a possibilidade de descarte. Estão muito disponíveis, abertos e à procura de qualquer brecha no mercado de trabalho, mas podem ser postos de lado em uma fração de segundo do tempo que levaram para chegar até ali.

Essa estrutura que é global e, ao mesmo tempo, fragmentada, não se encaixa nos antigos parâmetros estabelecidos pelo trabalhismo nem conseguiu estruturar um novo conceito ao qual se adequar ou pertencer. A falta de uma identidade segura com base no trabalho, a completa falta de controle sobre diversos aspectos das suas vidas pessoal e profissional, a renda precária e a falta de apoio familiar e comunitário são os elementos que transformam esse grupo num proletariado mais abandonado, perdido e, é claro, alienado.

Sem visão de futuro não há luta, pois “a capacidade de fazer projeções futuras é a condição *sine qua non* de todo pensamento ‘transformador’ e de todo esforço para reexaminar e reformar o presente estado das coisas – contudo, projetar-se no futuro não é algo provável de ocorrer com pessoas que não tenham um controle de seu presente (BOURDIEU, 1998 *apud* BAUMAN, 2008, p. 42)”.

É certo que nem todas as pessoas que, de alguma forma, se enquadram nesse perfil de informalidade, flexibilidade e desregulamentação são parte do precariado ou “engordam” esse problema social. A opção por ter um estilo de vida livre, fugir de rótulos ocupacionais e abandonar os compromissos firmados por uma outra geração não necessariamente despeja um trabalhador no caldeirão confuso do precariado. Nem todos são vítimas dessa estratégia neoliberal de desvalorização do trabalho humano, mas os muitos que são, precisam de defesa e justiça social.

O problema da hegemonia do capital sobre o trabalho está, primariamente, no fato de que a maior parte da população mundial depende exclusivamente do trabalho para sobreviver. Na ausência de empregos formais, essas pessoas são forçadas a conviver com a instabilidade e se conformar com os lugares de precarização para evitar o monstro do desemprego. Aquele que não se dispôr a lidar com o novo modelo de mercado de trabalho que aceite a miséria e a exclusão social. O trabalho, ainda que severamente marcado por traços de alienação e estranhamento, continua sendo a alternativa que a base da pirâmide social tem para acessar os “coágulos de sociabilidade” que só ele proporciona em virtude da sua característica vital e omnilateral (ANTUNES, 2018, p. 25).

3 DESAFIOS DO PRECARIADO NO SÉCULO XXI: A ALIENAÇÃO, O DESEMPREGO PRECÁRIO, OS ADOECIMENTOS E A CORRIDA POR NOVAS HABILIDADES

Para entender esse contexto com mais clareza, precisamos ir a Karl Marx (2004) que, em seus Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844, traz a ideia de dupla alienação do ser. A partir desse conceito, ele desenvolve que a classe trabalhadora produz tudo que existe no mundo, isto é: trabalham e produzem para que sua própria produção lhe seja tomada – alienação. Essa produção é então circulada, vendida, gerará lucro e mais-valia. Apenas uma fração de tudo que foi produzido é paga a eles e, caso queiram ter acesso ao que produziram, terão que pagar para obter.

Logo, para que o trabalhador possa usufruir daquilo que a sociedade entende como bens aptos a conferir-lhes qualidade de vida, precisam trabalhar para comprar na prateleira e não mais produzir *per si* e para si. Se é a posse desses bens que configura o ser como pessoa e não como coisa, então para que sejamos constituídos como seres humanos, primeiro precisamos ser constituídos como trabalhadores.

Quanto menos você comer, beber, comprar livros, ir ao teatro ou a bailes ou a um pub; quanto menos você pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, se exercitar etc, mais você será capaz de economizar e maior será o seu tesouro, que nem a traça e nem a ferrugem irão corromper. [...] Quanto menos você é, menos você expressa a sua vida. Quanto mais você tem, maior é a sua vida alienada e maior a salvação do seu ser alienado. (MARX, 2004)

As atividades citadas por Marx eram, e ainda são, a forma mais eficiente de formar-se humano. O acesso ao lazer, ao consumo, às atividades culturais e à liberdade de fazer aquilo que lhe desperta prazer e satisfação são pilares de sustentação da estrutura

de qualquer pessoa. Sem esses elementos, nós estaríamos fadados a viver uma vida sem sabor. Sendo assim, o indivíduo trabalhador, para que possa se configurar como um ser humano, para que descubra quem realmente é, precisa primeiro de um acesso material à subsistência e esse acesso vem por meio da exploração da sua mão de obra, da venda da sua força de trabalho.

Mas se para nos formarmos seres humanos precisamos ser trabalhadores, é de fundamental importância refletir acerca do que deveria acontecer aos desempregados, carente de acesso e de oportunidades. Essa construção não reservou um espaço para os marginalizados. As reais possibilidades dessas pessoas se configurarem como seres humanos são infinitamente menores, por não serem trabalhadores, e, certamente, só restará para elas desumanização (HUNTY, 2020).

Segundo a última PNAD Contínua, o IBGE (2019) constatou que a taxa de desocupação no Brasil era de 11,8% e que, portanto, 12,6 milhões de pessoas estão desempregadas e desocupadas em nosso país. Além do mais, é certo que o número real é bem maior, tendo em vista que as estatísticas são falhas ao não englobar as pessoas que vivem de “bicos” e quem já está desempregado há tanto tempo que desistiu de procurar empregos.

A mesma pesquisa atestou que embora a população ocupada (93,6 milhões de pessoas) tenha crescido, a população fora da força de trabalho segue alcançando o montante de 64,8 milhões de pessoas. Enquanto o número de empregados no setor privado com carteira assinada (exclusive trabalhadores domésticos) permaneceu na faixa de 33,1 milhões de pessoas, o número de empregados sem carteira assinada (11,7 milhões de pessoas) atingiu novo recorde. Em decorrência dos dados anteriores, o número de trabalhadores por conta própria (24,2 milhões) bateu seu recorde histórico.

Ninguém duvida – sobretudo a classe trabalhadora – que nos faltam muitos profissionais. Conseguimos sentir isso no dia a dia, ao executar sozinhos as tarefas que dois ou três profissionais juntos poderiam fazer com excelência e tranquilidade. Talvez se tivéssemos colegas de profissão exercendo a mesma função que nós, não estivéssemos tão sobrecarregados em nossos trabalhos. Se conseguíssemos aumentar a força de trabalho sem reduzir os salários, talvez fôssemos menos explorados.

Logo, torna-se fácil concluir que temos toda uma mão de obra ociosa, repleta de pessoas que poderiam estar trabalhando e melhorando a vida da sociedade e a sua individualmente ou em família, mas não estão, porque se estivessem destituiriam o

exército de reserva, que foi pensado, estrategicamente, com esse fim. Para o trabalhador insatisfeito com emprego, a porta da rua é serventia da casa. A fila de centenas de outros trabalhadores do lado de fora é argumento suficiente para esse posicionamento. Um número tão grande de desempregados é o retrato de que o desemprego é um projeto e a ausência do pleno emprego é a prova concreta disso (HUNTY, 2020).

Quando atrelamos o antigo – mas atual – conceito de exército de reserva às novas tecnologias e o capitalismo financeirizado, alcançamos um status doentio de desvalorização do capital humano. Quanto mais produtividade e aumento de faturamento, maiores os índices de demissão. Poderia não fazer sentido no século XX, mas hoje, no mundo globalizado, dotado de ferramentas tecnológicas e instituições fundadas no capital improdutivo, quanto menos trabalhadores empregados ou envolvidos no processo, menor é a possibilidade de inflação.

Dentro do tema desemprego, ainda é preciso despender uma atenção especial para aquilo que Standing nomeia como “desemprego precário” que em parceria com a “armadilha da precariedade” levam esses trabalhadores desocupados a nível inimagináveis de marginalização e, por vezes, endividamento. Isto porque o desemprego e a precarização produzem altos custos não só para os governos em termos de benefícios, mas, sobretudo, para os próprios desempregados, que precisam custear não apenas sua sobrevivência, mas todos os elementos necessários à empregabilidade. Transporte para comparecer às entrevistas, vestimenta adequada para causar uma boa imagem e treinamentos que elevam as suas chances diante da concorrência são necessidades tão básicas e ao mesmo tempo caras, que por vezes sequer compensa diante das oportunidades de retorno financeiro disponíveis.

Além do mais, estando desempregado e conseguindo os benefícios disponíveis, este trabalho se encontra numa situação tão “privilegiada” que talvez não valesse a pena sair da sua posição em busca de um emprego qualquer, normalmente temporário, que além de pagar mal ainda o explora de uma maneira sobre-humana. Quando as decisões precisam ser tomadas com base em necessidade de sobrevivência, as escolhas possíveis se tornam nebulosas. Entre usar o benefício para se manter durante alguns meses ou optar por um emprego incerto, não há uma escolha justa ou, sequer, lógica viável.

Em contrapartida, ao mesmo tempo que buscam ferozmente por um emprego, quando o possuem, os trabalhadores precarizados não têm a opção de sair em busca de um caminho melhor ou mais satisfatório (caso existisse). O apego é necessário de tal

maneira que, pelo medo de perder o sustento, eles contentam-se com as condições miseráveis e desumanas às quais são submetidos numa tentativa de manter-se úteis e sobreviventes.

A todos esses pontos ainda é preciso somar as dores trazidas pelas novas tecnologias. As forças tecnológicas são tão potentes que não resta alternativa para o precariado. A reação é por demais custosa, além de pouco eficiente. O *curta-prazismo* incentivado pela disrupção tecnológica e pela liquidez do nosso tempo atual fazem dessa classe incapaz de construir uma estratégia de massa e de pensar no longo prazo. Afinal, o presente é tão doente, que talvez nem valha a pena sonhar com o futuro.

Infelizmente, a união entre hiper especialização da mão de obra, desenvolvimento tecnológico disruptivo e capacidade produtiva do capitalismo, que poderia nos gerar bons frutos, acabou por explorar ainda mais a classe trabalhadora. É possível produzir o mesmo número de mercadorias com menos horas de trabalho, mas as jornadas de trabalho não foram reduzidas. Assim, mais rentabilidade é gerada, mas os salários se mantêm – quanto não são reduzidos –, a aposentadoria não se adianta nem a frequência do descanso é intensificada. Então nada acontece com todo o trabalho que, aliado à tecnologia, gera mais produtividade, mais crescimento, mais rentabilidade e mais benesses capitalistas. Não há reciprocidade. Apenas um lado se beneficia.

Standing (2019) ainda nos leva a refletir se seria esse o atestado de morte da solidariedade social. Num contexto em que tudo é mercadorizado, é difícil sustentar o porquê de manter um acordo entre gerações. Assim, “as tensões dentro do precariado estão colocando as pessoas umas contra as outras, impedindo-as de reconhecer que a estrutura social e econômica está produzindo seu conjunto comum de vulnerabilidades”.

A consequência mais dolorosa é, certamente, a desvalorização da força de trabalho humana. A natureza do nosso sistema socioeconômico tende a gerar esse tipo de resultado, tendo em vista que o seu núcleo é a eficiência e os lucros giram em torno desta. Assim, o retorno financeiro sucumbe a responsabilidade social com as vidas humanas que alimentaram integralmente, por tantos anos, a máquina industrial global.

Embora o discurso típico seja otimista e vislumbre um novo e vasto mercado de trabalho que acolherá todos as vítimas da automação – ou grande parte delas, sabe-se que o ritmo da transformação é frenético demais e que a grande maioria dos desempregados de hoje não terão tempo para aprender novas habilidades e adquirir novas qualificações,

transformando-se em profissionais híbridos. A *lifelong education*² (MONTES, 2016) não funciona para todos, de modo que para desestabilizar um determinado setor econômico, a substituição de apenas uma fração significativa dos empregos é mais do que suficiente. Apesar do crescimento do número de trabalhos criativos, o trabalhador industrial ainda predomina no Brasil, constituindo, portanto, a grande massa e a base da pirâmide (PISTONO, 2017, p. 74).

É, no mínimo, irrealista a ideia de que a sociedade pode manter equilibrada a balança que carrega de um lado o número de empregos e do outro a expansão exponencial da tecnologia e, conseqüentemente, da automação. Os antigos postos de trabalho não haverão de ressurgir das cinzas e, daqui em diante, os empregos carregarão cada vez mais necessidades técnicas avançadas e sofisticadas, as quais os trabalhadores não qualificados de hoje – que compunham a massa industrial de ontem – não serão capazes de absorver. O sistema educacional atual foi elaborado com o intuito de formar operários fabris, trabalhadores manuais que atuavam em regime de repetição, não tendo sido atualizado desde então.

Esse ciclo tornar-se-á vicioso, ao passo que a demanda industrial por empregos cairá gradualmente, enquanto a força de trabalho humana precisará, cada vez mais, se reinventar e encontrar novas ocupações. Além do mais, os novos empregos criados pela tecnologia empregam uma fração muito pequena da massa de pessoas recém-substituídas pela automação, tendendo eles mesmos a desaparecerem num curto espaço de tempo, intensificando o ciclo.

Como resultado, os problemas sociais que surgem são relacionados, em sua maioria, a obsolescência do trabalhador da Era Industrial que não se adapta ao mundo pós Revolução Digital. Tendo em vista que o sistema formou pessoas para o trabalho e este é a parcela mais significativa de suas vidas e, por muitas vezes, da sua própria identidade, o ócio e a marginalização gerados pelo desemprego são mazelas sociais tão profundas quanto obscuras. Não possuir um emprego formal é sinônimo de não ter uma ocupação e o tempo livre, tão desejado pelos trabalhadores superatarefados, se torna um fardo quando não se sabe como usufruir pelos desempregados.

Como complemento, o modelo neoliberal ainda promoveu, nas últimas décadas, como slogan principal a ideia de que o desemprego estrutural é, meramente, questão de autorresponsabilidade, ou seja, os homens passaram a ser mais ou menos empregáveis em

² Aprendizagem contínua ou educação de longo prazo.

virtude, tão somente, do seu empenho e esforço individual, desmerecendo os fatores históricos, econômicos e sociais que compõem sua trajetória (STANDING, 2017).

O trabalho precisa ser visto enquanto meio de sobrevivência (condição de vida do homem), valor ético e social, importante fator para a qualidade de vida, passaporte para participação na vida política e econômica da comunidade (cidadania), fomentador do autodesenvolvimento e dignificador individual. Além do mais, o trabalho atua como principal agente transformação econômica – meio de inserção social. Apesar da sua faceta alienante, sobretudo no mundo pós Revolução Digital, “o trabalho [...] jamais pode ser eliminado da ideia dignificante que o engloba” (ARAÚJO, 2017, p. 120).

Não é à toa que a pesquisa feita pelo SPC Brasil (2018) em parceria com a CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), intitulada “Impactos do Desemprego: Saúde, Relacionamentos e Estado Emocional”, identificou o desemprego como fator complicador da saúde física e mental dos entrevistados, além, é claro, dos problemas relacionados à vida financeira desses trabalhadores. De acordo com o estudo, 59% dos participantes se sentem deprimidos ou desanimados, 63% reclamam de estresse e nervosismo e 62% deles estão angustiados com a situação. Esses percentuais remetem também aos altos e crescentes índices de suicídio, sobretudo na população adulta.

As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos, a informalidade, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam que o processo de proletarização dos assalariados só cresce no Brasil. Além do mais, essa nova classe, não obstante sua precariedade, ainda se configura de maneira mais desorganizada e vulnerável, por ser ideologicamente difusa e instável (ANTUNES, 2018). Essa escassez de engajamento político do infoproletariado acaba se tornando um obstáculo para o alcance do valor político do trabalho – representatividade de classe (principal arma dos trabalhadores).

[...] não é o nível de salários em dinheiro ou de rendas auferidas em qualquer momento específico, mas a falta da comunidade em momentos de necessidade, a falta de benefícios assegurados da empresa ou do Estado e a falta de benefícios privados para complementar ganhos em dinheiro (STANDING, 2019, p. 30).

Atrelado a isso, a lógica neoliberal desconstrói a ideia de Estado e empregador paternalistas, vota pela acomodação dos direitos trabalhistas aos interesses do empresário/empregador e entende que “o crescimento e desenvolvimento dependem da

competitividade do mercado, com o intuito de ampliar a concorrência, aumentando a flexibilidade do trabalho e a transferência de riscos sociais e da insegurança econômica para o trabalhador (ARAÚJO, 2017, p. 129)”.
Ainda, não se pode olvidar que as circunstâncias atuais, de agudização da crise neoliberal, ampliada pela pandemia da COVID-19 no mundo, aprofundou a sensação de esfacelamento da realidade na qual o trabalho se colocava como alternativa para superação dos obstáculos sociais que poderiam garantir um mínimo de sociabilidade humana. O teletrabalho, o *homeoffice* tornaram-se o único meio para a continuidade das ações produtivas, impedindo ou tornando ainda mais difícil a reconstrução da esfera pública de resistência do trabalhador.

Os tempos são difíceis para a humanidade, anda mais sombrios para os cidadãos que dependem do esforço do seu trabalho para sobreviver. A única alternativa é a trincheira da solidariedade como mecanismo de promoção da cidadania, numa perspectiva ampliada, em que a assistência pública seja reconhecida como ferramenta capaz de tornar possível a recuperação da economia mundial e novamente seja possível sonhar com um futuro paz... mas não necessariamente de reconstrução do casamento e da relação abusiva que se firmou entre o capital e o trabalho.

Os tempos são difíceis para a humanidade, anda mais sombrios para os cidadãos que dependem do esforço do seu trabalho para sobreviver. A única alternativa é a trincheira da solidariedade como mecanismo de promoção da cidadania, numa perspectiva ampliada, em que a assistência pública seja reconhecida como ferramenta capaz de tornar possível a recuperação da economia mundial e novamente seja possível sonhar com um futuro paz... mas não necessariamente de reconstrução do casamento e da relação abusiva que se firmou entre o capital e o trabalho.

4 CONCLUSÃO

Ao final, embora tenhamos hoje tecnologia para evitar a maior parte das catástrofes sociais, o livre mercado coloca sua barreira econômica e diz que se não podemos pagar, não teremos acesso – nada mais real e claro, como o que ocorre no momento obrigatório de distanciamento social imposto pela pandemia do COVID-19.

Sem consciência de classe e uma profunda noção de todos os pormenores desse panorama que se apresenta, sem um sentimento comum que permita organização em prol da luta, a classe trabalhadora não terá como participar de uma disputa minimamente justa com a classe dominante que já está organizada, lutando e aprovando as reformas das quais precisa, mesmo que aprofundando as desigualdades e impondo para os mais pobres a morte como preço a ser pago para a recuperação da economia.

A humanidade está passando por um momento crucial e decisivo para o futuro do trabalho e, portanto, a luta nas periferias do capitalismo é necessária para que esse futuro esteja mais ligado com emancipação do que com a servidão coletiva ou o esquecimento.

Ao pensar o futuro do trabalho para o século XXI, não podemos ter em mente esse cenário para o qual estamos caminhando, onde uma pequena parcela da população dita todos os próximos passos a partir dos seus interesses individuais e, sobretudo, econômicos. Por isso é importante a organização e sindicalização para que a classe trabalhadora siga lutando por uma outra realidade futura. Além do mais, é preciso que a luta seja também por uma igualdade de direitos, para que as alternativas não sejam privilégio de uma minoria que tem uma função não passível de substituição, mas que essa seja a realidade da maioria dos trabalhadores – o mundo vive hoje este momento decisivo, mas apenas no futuro é que saberemos se a humanidade aprendeu a lição.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Jailton Macena. **Valor social do trabalho na Constituição Federal de 1988**: instrumento de promoção de cidadania e de resistência à precarização, *Revista de Direito Brasileira*, v. 16, n. 7, p. 115-134, São Paulo, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HUNTY, Rita Von. TEMPERO DRAG. **O Futuro do Trabalho**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8w1wACGX_U&t=1s>. Acesso em 30 jan. 2020.

IBGE. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,8% e taxa de subutilização é de 24,6% no trimestre encerrado em julho de 2019. **Agência de Notícias**, 30 ago. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25315-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-6-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2019>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, Livro II: *O processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTES, Óscar Requena. Estabilidad em el Empleo y Promoción Profesional a Través de la Regulación de los Derechos de Formación: um Estudio Jurídico Comparado entre Espanã e Inglaterra. **Prim@facie**, v. 15, n. 29, p. 12-30, João Pessoa, 2016.

PISTONO, Frederico. **Os robôs vão roubar o seu trabalho, mas tudo bem**: como sobreviver ao colapso econômico e ser feliz. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2017.

REICH, Robert. **The Work of Nations**. Nova York: Vintage Books, 1991.

SPC Brasil e CNDL, **O Desemprego e a Busca por Recolocação Profissional no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimpressa/wp-content/uploads/2017/02/An%C3%A1lise-Perfil-do-Desempregado-Recoloca%C3%A7%C3%A3o-Profissional-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

STANDING, Guy. **O Precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.